



DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

26 a 30 de maio de 2025

Nesta Edição

- △ [Atividades da Confederação Assespro](#)
- △ [Principais Temas](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Infraestrutura](#)
- △ [Plataformas Digitais](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Política](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Atividades da Confederação Assespro

Nesta semana, foi realizada em Salvador/BA, a **3ª Reunião do Conselho de Administração da Confederação Assespro**, em que foram tratados temas estratégicos para as empresas do setor nacional de TI, bem como apresentado um balanço das atividades das vice-presidências da entidade. O evento contou ainda com a participação de autoridades, como o secretário de Inovação e Tecnologia de Salvador, **Alberto Vianna Braga Neto**. Acesse [aqui](#) as fotos do evento.

Durante a agenda em Salvador, a Confederação Assespro também participou da cerimônia de abertura do **Fórum da Internet no Brasil (FIB)**, juntamente com o governador da Bahia, **Jerônimo Rodrigues**; o ministro **Frederico Siqueira Filho** (Comunicações), o secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedes/MCTI), **Inácio Arruda**; a coordenadora do CGI.br, **Renata Mielli**, entre outras autoridades. A Assespro foi representada à mesa por sua vice-presidente de Governança, **Laís Xavier**; contando ainda com a participação no evento do presidente **Christian Tadeu**, do vice-presidente de Articulação Política, **Deybson Cipriano**; e de **Renato Roll**, da Foco – Relações Governamentais. Acesse [aqui](#) as fotos do evento.

Nesta segunda (26), a Confederação Assespro participou da **2ª reunião do Eixo de Marcos Legais**, do plano de ação relativo ao termo de cooperação com o Sebrae para promoção, desenvolvimento e fortalecimento das MPEs do setor de TIC. O grupo tem como missão, debater a legislação pertinente e propor possíveis melhorias, inclusive relacionadas a compras governamentais. Participaram do encontro: ABES, AFRAC e a Confederação ASSESPRO, representada por **Felipe Sene**, da Foco – Relações Governamentais.

Na quarta (28), participou de reunião da **Frente Parlamentar de Cibersegurança**, realizada no Senado Federal. O coordenador da Frente, senador **Esperidião Amin** (PP/SC), afirmou definiu 4 assuntos prioritários para orientar os trabalhos do grupo: 1. Construção de uma ambiência para criação de uma agência dedicada a uma Agência de Cibersegurança; 2. Educação e formação profissional; 3. Fomento a centros privados de combate aos cibercrimes, à exemplo do National Cyber-Forensics & Training Alliance (NCFTA) nos EUA, e do Laboratório de Segurança Cibernética da Febraban. O encontro contou ainda com a participação dos senadores **Marcos do Val** (PODE-ES) e **Sérgio Moro** (UNIAO-PR), da deputada **Tabata Amaral** (PSB-SP), além de diversas entidades que apoiam o avanço de uma política nacional sobre o tema. Após o evento, foi realizada ainda reunião com o gabinete do senador **Jorge Seif** (PL-SC). A Assespro foi representada por **Rodrigo Fragola**, diretor adjunto de Cibersegurança e Defesa da Confederação Assespro, e por **Renato Roll**, da Foco – Relações Governamentais.

Acesse [aqui](#) as fotos do evento.

Já na quinta (29), a Assespro participou da **3ª reunião da Câmara Temática de Comércio Exterior de Serviços do MDIC**, ocasião em que ocasião, a ApexBrasil e SECEX/MDIC apresentaram iniciativas existentes de apoio à internacionalização para os distintos segmentos do setor de serviços. Foram abordados programas como o Brasil IT+, realizado em parceria com a Softex, que além de financiar e alavancar a internacionalização das companhias brasileiras, auxilia na ampliação do volume de exportações; e o Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX), que visa capacitar empresas brasileiras a iniciarem suas exportações. Além da Confederação, representada por **Felipe Sene**, da Foco – Relações Governamentais, participaram representantes do MDIC, do MRE, do BNDES, da Brasscom, da Abragames, e da ASBEA. Acesse [aqui](#) as fotos do evento.

Encerrando a semana com uma importante agenda institucional, o presidente da Confederação Assespro, **Christian Tadeu**, participou do **Seminário Potências Negras na Tecnologia**, promovido pelo Conselho da Presidência da República. Acompanhado da vice-presidente de Planejamento e Governança, **Laís Xavier**, do presidente da Assespro PE/PB, **Yves Nogueira**, e da diretora adjunta de Mulheres e Diversidade, **Rosângela Hilario**. O reuniu lideranças negras do ecossistema de inovação para discutir soluções concretas no enfrentamento às desigualdades e no fortalecimento do protagonismo negro na tecnologia. Realizado em Recife/PE, o seminário **reafirmou o papel da tecnologia como ferramenta de inclusão, equidade e justiça social**, além de destacar a importância de descentralizar a inovação e impulsionar ações afirmativas que promovam a diversidade no setor. Acesse [aqui](#) as fotos do evento.

Principais Temas

- **Apresentado o Plano de Trabalho da Comissão Especial de Inteligência Artificial.** A **Comissão Especial** destinada a analisar o [PL 2338/2023](#) – *que trata da regulação do desenvolvimento, uso e governança da inteligência artificial no Brasil* – realizou, nesta terça-feira (27/05), reunião extraordinária para **apresentação e aprovação do Plano de Trabalho** do relator, deputado **Aguinaldo Ribeiro** (PP/PB), e **deliberação de requerimentos** apresentados pelos membros. A primeira Audiência Pública será realizada no dia **10 de junho, às 14h**, ocasião em que também serão deliberados os outros requerimentos. O deputado apresentou o Plano de Trabalho que estrutura a atuação da Comissão Especial em **4 fases**, com foco em debates públicos temáticos, escuta qualificada da sociedade e formulação colaborativa do **parecer final** que deve ser publicado até 25 de novembro de 2025, com a intenção de **deliberar a matéria ainda este ano**. As fases do processo de regulação da IA em 2025 ocorrem da seguinte forma:
- » A **Fase 1**, entre junho e setembro, consiste em **audiências públicas prioritariamente às terças-feiras**, organizadas com ampla representatividade do governo, sociedade civil, academia, setor privado e startups, abordando temas como conceitos e modelos regulatórios de IA, direitos fundamentais, governança, competitividade, infraestrutura, IA generativa e seu impacto no serviço público. Também prevê reuniões preparatórias e resumos executivos para subsidiar parlamentares.
 - » Na **Fase 2**, entre setembro e novembro, são realizados **cinco seminários regionais para conectar o debate à realidade local**, culminando em um Seminário Internacional com especialistas globais, representantes de grandes potências e organismos multilaterais.
 - » A **Fase 3**, até 25 de novembro, é dedicada à **elaboração do parecer final**.
 - » Por fim, a **Fase 4**, entre novembro e dezembro, envolve a **deliberação e votação do relatório na Comissão Especial**, com calendário flexível e expectativa de conclusão ainda em 2025, antes do período eleitoral de 2026.
- **Senado realiza segunda audiência pública sobre regulamentação de data centers de IA.** Foi realizada nesta quarta-feira (28), na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado Federal, a segunda audiência pública para instruir o [PL 3018/2024](#), de autoria do senador **Styvenson Valentim** (PODEMOS/RN), que trata da **regulamentação de data centers de inteligência artificial**. A reunião foi convocada por requerimentos do senador **Vanderlan Cardoso** (PSD/GO), relator da matéria. A audiência reuniu representantes do **Ministério da Fazenda, MME, MDIC, Brasscom, ABES, ABEEólica** e da **Universidade Federal de Goiás (UFG)**. A CCT seguirá debatendo o projeto em novas audiências a serem agendadas.
- » Diversos especialistas e representantes do governo e da sociedade civil apresentaram diagnósticos e propostas sobre a expansão da infraestrutura de data centers no Brasil, considerada estratégica para a soberania digital e o avanço da inteligência artificial. O investimento global em IA foi estimado em 2,5% do PIB até 2032, com destaque para a **instalação de data centers**. Foram defendidas políticas públicas que aproveitassem as vantagens comparativas brasileiras, como a matriz energética limpa e a neutralidade geopolítica, além de incentivos à produção nacional, redução de tributos e eficiência regulatória.
 - » O **setor energético** revelou uma crescente demanda, com pedidos que já somavam mais de 13 GW, levando a novas exigências regulatórias e a previsão de leilões para expandir a rede elétrica. Na indústria, os **data centers foram destacados como prioridade na Nova Indústria Brasil (NIB)**, com foco na transformação digital e inclusão de pequenas empresas. A

importância do Nordeste foi ressaltada pelo potencial em energias renováveis, enquanto entidades como a Brasscom e a ABES alertaram para os altos custos no país, riscos regulatórios e a necessidade de ação coordenada para garantir competitividade. Também houve defesa de uma estrutura legislativa mais ágil, com incentivos à pesquisa, uso educacional da infraestrutura e maior apoio à ciência e tecnologia. Acesse o relatório completo da audiência [aqui](#).

- **Ministro das Comunicações anuncia Grupo de Trabalho para desenvolver o Plano Nacional de Inclusão Digital.** Com o compromisso de conectar todos os brasileiros e reduzir desigualdades históricas no acesso à tecnologia, o ministro **Frederico de Siqueira Filho** (Comunicações), anunciou nesta segunda (26), em Salvador/BA, a **criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que dará início à construção do Plano Nacional de Inclusão Digital (PNID)**. O anúncio foi feito durante a abertura do 15º Fórum da Internet no Brasil, evento que também marcou a celebração dos 30 anos do Comitê Gestor da Internet (CGI.br). A proposta pretende estruturar um plano nacional que sirva de bússola para as políticas públicas de inclusão digital nos próximos anos, com foco na equidade, conectividade e soberania digital. O documento-base do plano deverá guiar as próximas etapas da iniciativa. Outra novidade anunciada foi a preparação da **Política Nacional de Cabos Submarinos**, que visa reforçar a infraestrutura digital do país. A região Sul, por exemplo, acaba de ser incluída na extensão do cabo Malbec, com chegada prevista a Porto Alegre. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

- **Designado relator ao projeto de Inclusão Digital e Desenvolvimento de Habilidades Educacionais com Inteligência Artificial.** O deputado **Maurício Carvalho** (UNIÃO/RO) foi **designado relator ao [PL 899/2025](#) (Inclusão Digital e Desenvolvimento de Habilidades Educacionais com Inteligência Artificial)** no âmbito da Comissão de Educação (CE), sendo aberto o prazo para oferecimento de emendas ao projeto – o qual deve se estender até o dia 5 de junho de 2025. O projeto aguarda o encerramento do prazo de emendas e apresentação de parecer ao projeto e eventuais emendas para ser incluído na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CE, o projeto ainda passará pelo crivo das comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido diretamente ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
 - » De autoria do deputado **Helio Lopes** (PL/RJ), o [PL 899/2025](#) institui a Lei de Inclusão Digital e Desenvolvimento de Habilidades Educacionais com Inteligência Artificial no Brasil, com o objetivo de **destinar 5% do [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação](#) (Fundeb) para implementação de ações, projetos e programas** que promovam a inclusão digital e o desenvolvimento de habilidades que possibilitem a utilização de tecnologias de inteligência artificial no processo de ensino e aprendizagem.

- **Comissão Especial da Câmara dos Deputados promove segunda audiência pública sobre reforma do Imposto de Renda.** O relator da proposta, deputado **Arthur Lira** (PP/AL), convocou especialistas para debater os impactos da medida, **Robinson Sakiyama Barreirinhas**, secretário da Receita Federal, e **Paulo Ziulkoski**, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Ziulkoski destacou que a alteração beneficiaria cerca de de 40% dos servidores municipais, mas alertou sobre perdas financeiras que podem chegar a **R\$ 9,5**

bilhões para os municípios, sugerindo um aumento de 0,5% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para mitigar esse impacto. Por sua vez, Barreirinhas argumentou que, embora a isenção cause uma diminuição de R\$ **3 bilhões na retenção municipal e R\$ 1,5 bilhão nos estados**, o aumento previsto nos repasses poderia compensar essas perdas. Durante o debate, os deputados **Wilson Santiago** (REP-PB) e **Tadeu Veneri** (PT-PR) debateram a adequação do critério de isenção, sugerindo a vinculação a referências que evitem defasagens pela inflação. **Mário Heringer** (PDT-MG) e **Pauderney Avelino** (UNIÃO-AM) enfatizaram a importância da compensação das receitas municipais e estaduais.

➤ **Juscelino Filho é designado relator de projeto que susta portaria sobre redes sociais na CCOM.** O deputado **Juscelino Filho** (UNIÃO/MA) foi **designado relator do PDL 122/2023** que **susta a Portaria MJSP nº 351/2023** (*versa sobre a prevenção à disseminação de conteúdos por plataformas de redes sociais*), no âmbito Comissão de Comunicação (**CCOM**). A matéria aguarda a apresentação do parecer do novo relator para sua inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após a apreciação pela CCOM, o projeto seguirá para a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (**CSPCCO**), posteriormente para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**), e, por fim, será encaminhado ao **Plenário**. Caso aprovado o PDL segue para análise do Senado.

- » De autoria da deputada **Adriana Ventura** (NOVO/SP) e outros, o Projeto visa sustar os efeitos da Portaria MJSP nº 351/2023 que estabelece medidas administrativas para a **prevenção da disseminação de conteúdos considerados flagrantemente ilícitos**, prejudiciais ou danosos em plataformas de redes sociais. Os autores argumentam que o ato, embora justificada como uma tentativa de combater a violência nas escolas, representa uma ação de extrema insensibilidade por parte do governo, criando um mecanismo institucional destinado a impor uma visão ideológica específica, com risco de comprometer a liberdade de expressão.
- » Tramita em conjunto outras 3 proposições que visam sustar a citada Portaria, a saber: PDL 128/2023: da deputada **Bia Kicis** (PL/DF) e outros; PDL 139/2023: do deputado **Roberto Duarte** (REP/AC); PDL 164/2023: do deputado **Gustavo Gayer** (PL/GO).

Proteção de Dados

➤ **Jadyel Alencar apresenta novo parecer sobre projeto de incidentes e segurança de dados.** O deputado **Jadyel Alencar** (REP/PI) apresentou **novo parecer pela aprovação, com substitutivo**, do PL 1876/2023 (*Divulgação de incidentes de segurança de dados pessoais*) e **apensados PL 2138/2024, PL 272/2024 e PL 3457/2024** na Comissão de Comunicação (**CCOM**). A matéria está pronta para ser incluída na pauta de reunião deliberativa. Após análise da CCOM, o projeto ainda passa pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Caso aprovada, a matéria segue para análise do Senado – *salvo interposição de requerimento para apreciação do Plenário do Senado*.

- » De autoria do deputado **Marcos Tavares** (PDT/RJ), o PL 1876/2023 “*altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para obrigar a divulgação de incidentes de segurança de dados pessoais em veículos de comunicação social*”. O projeto busca dar maior transparência aos casos de **vazamentos de dados**, para que os usuários possam tomar as devidas providências, obrigando os agentes de tratamento, controladores ou operadores, nos termos da LGPD.

- » O relator, alterou sua posição sobre o tema e agora sugere a aprovação da matéria com alterações, propondo **ampliar o escopo da proposta original ou incorporar pontos dos projetos apensados**, trazendo alterações na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

- **Comissão de Comunicação aprova proposta sobre verificação biométrica e texto segue para análise da CCJC.** A **CCOM aprovou** o [PL 12/2015](#) (*sistemas de verificação biométrica*) e apensados, nos termos do **parecer favorável, com substitutivo** apresentado pelo relator da matéria, deputado **David Soares** (UNIÃO/SP). Após a análise da CCJC, o projeto passa ainda pelo crivo do Plenário da Câmara dos Deputados. Se aprovada, a matéria será remetida ao Senado Federal.
 - » O texto aprovado pela CCOM, oriundo do substitutivo do deputado David Soares, **reduz substancialmente o escopo do projeto inicial** ao sugerir apenas a alteração da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) para **incluir dispositivo** para estabelecer que a Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por partidos políticos ou entidades religiosas.
 - » De autoria do deputado **Lucas Virgilio** (SD/GO), o projeto **regula a utilização de sistemas de verificação biométrica**, para substituir ou reforçar a segurança para além dos meios tradicionais de identificação, seu armazenamento, assim como as alterações devidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (**ICP-Brasil**).

- **Projeto que dispõe sobre alterações no Marco Civil e LGPD, aguarda designação de relatoria.** Tramita no Senado Federal o [PL 4097/2023](#), de autoria do senador **Angelo Coronel** (PSD/BA), que “*Altera as leis [12.965, de 23 de abril de 2014](#), (Marco Civil da Internet) e [13.709, de 14 de agosto de 2018](#), (Lei Geral de Proteção de Dados) para **dispor sobre a soberania digital e dar outras providências**.” A matéria aguarda designação de relatoria na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (**CCT**). após o senador **Astronauta Marcos Pontes** (PL/SP) abdicar da função. Após a análise pela CCT, a matéria seguirá para apreciação da Comissão de Comunicação e Direito Digital (**CCDD**). Se aprovado, a matéria seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados – *salvo interposição de recursos para deliberação anterior pelo Plenário*.
 - » O [PL 4097/2023](#) busca reforçar a proteção dos dados e sistemas digitais brasileiros, promovendo maior controle nacional sobre as empresas de segurança da informação e estabelecendo mecanismos de cooperação e fiscalização para garantir a soberania digital do país.*

- **CCOM analisa parecer favorável ao PL que proíbe penalidades pelo uso de VPNs.** O deputado **Gilvan Maximo** (REP/DF) apresentou **parecer pela aprovação com substitutivo ao PL 3402/2024** (*veda multas ou penalidades por utilização de VPNs*) no âmbito da Comissão de Comunicação (**CCOM**), sendo aberto prazo para oferecimento de emendas ao substitutivo – o qual deve se estender até o dia 10 de junho. A matéria aguarda o encerramento do prazo para emendas para ser incluído na pauta de reunião deliberativa da Comissão. Após a análise pela CCOM, o projeto será apreciado pelas Comissões de Cultura (**CCULT**) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Caso aprovado, seguirá diretamente para deliberação pelo Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para*

votação anterior no Plenário da Câmara.

- » De autoria do deputado **Amom Mandel** (CID-AM), o **PL 3402/2024** “Dispõe sobre o direito à livre escolha e utilização dos meios de comunicação virtuais e redes sociais, nacionais ou estrangeiras” prevendo que a mera **utilização de quaisquer meios, canais, ferramentas, métodos de comunicação ou redes sociais não será passível de punição, censura ou reprimenda legal, ainda que** a prestação de serviços ou as plataformas nacionais ou estrangeiras sejam **proibidas permanentemente ou temporariamente no Brasil**.

- **Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais avança na Câmara.** O **PL 1680/2025**, que institui a **Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais** recebeu despacho para análise nas Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI); Finanças e Tributação (CFT); e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A matéria aguarda designação de relator para apresentação de parecer na CCTI. O projeto passa pela análise em caráter conclusivo nas comissões as quais foi despachado, caso aprovado será remetido ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
 - » A proposição institui a **Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais** (PNPAD), com o objetivo de **expandir data centers** e demais infraestruturas essenciais para o processamento e armazenamento de dados. A implementação se dará por meio da criação das **Zonas Especiais de Processamento e Armazenamento Digitais** (ZEPAD). Ademais, o projeto altera a **Lei nº 14.133/2021** (*Lei de Licitações e Contratos Administrativos*), estabelecendo que, nas contratações públicas destinadas à implantação, manutenção e aperfeiçoamento de sistemas e infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação considerados estratégicos por ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País, produzidos conforme o processo produtivo básico previsto na **Lei nº 10.176/2001**, bem como a **serviços prestados por meio de infraestruturas localizadas em Zonas Especiais de Processamento e Armazenamento Digitais** (ZEPAD), conforme legislação específica.

- **Deputado propõe emenda a PL sobre acesso a dados armazenados por consumidores.** O deputado **Vinícius Carvalho** (REP/SP) apresentou emenda ao PL 3953/2019 (*Acesso pelo consumidor aos seus dados armazenados*), no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC). A matéria aguarda a apresentação de parecer do relator para inclusão na pauta de reunião deliberativa da Comissão. Já aprovado pelo Senado, após análise pela CDC, o projeto passará pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). Se aprovada nos termos do texto remetido pelo Senado Federal, seguirá para sanção presidencial. Caso os deputados promovam alterações ao texto, este será devolvido à Casa iniciadora análise exclusiva de tais modificações.
 - » De autoria do senador **Ciro Nogueira** (PP/PI), o **PL 3953/2019** altera a **Lei nº 8.078/1990** (*Proteção do Consumidor*) e a **Lei nº 12.414/2011** (*formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento*) para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito, conferindo ao consumidor direito de **amplo acesso a bancos de dados** e outros cadastros congêneres que armazenem dados pessoais seus.

- **ANPD assume a presidência da Rede Ibero-Americana de Proteção de Dados (RIPD).** Durante o XXI Encontro da Rede Ibero-Americana de Proteção de Dados (RIPD), realizado em Cartagena das Índias, na Colômbia, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi **eleita, por unanimidade, para a presidência da Rede para o biênio 2025–2027**. A decisão reforça o protagonismo internacional da ANPD e representa mais um passo importante na consolidação do Brasil como referência global em proteção de dados pessoais e governança digital. A RIPD reúne autoridades de mais de 20 países da América Latina, América do Norte e Europa, entre membros plenos e observadores, com o propósito de fortalecer a cooperação institucional, promover o intercâmbio de boas práticas e incentivar a harmonização das legislações sobre privacidade e proteção de dados na região ibero-americana. Essa é a segunda presidência assumida pela ANPD em redes internacionais de proteção de dados. Desde 2023, a Autoridade brasileira também lidera a **Rede Lusófona de Proteção de Dados**, formada por países de língua portuguesa, consolidando o papel ativo do Brasil na promoção dos direitos digitais e no fortalecimento da cooperação internacional. Com informações de: [ASCOM ANDP](#)

Internet

- **CCOM designa novo relator para projeto que susta decreto sobre normas de radiofrequência.** O deputado **Juscelino Filho** (UNIÃO/MA) foi designado novo relator do PDL 614/2024 (*Susta Decreto sobre normas relacionadas aos compromissos dos leilões de radiofrequência*) na Comissão de Comunicação (**CCOM**). A matéria aguarda a apresentação do parecer do novo relator para sua inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após a análise pela CCOM, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**) e do **Plenário**. Caso aprovada, a matéria será remetida ao Senado Federal.
- » De autoria da deputada **Adriana Ventura** (NOVO/SP), o projeto susta o Decreto nº 12.282/2024, que “*Dispõe sobre as competências, no âmbito da administração pública federal, relacionadas aos compromissos realizados a partir do aporte de recursos decorrentes de leilões de autorização para o uso de radiofrequência, e dá outras providências*”, dentre outros, estabelecendo que o Ministério das Comunicações (**MCom**) definirá diretrizes para a execução de políticas públicas de telecomunicações, inclusive aquelas relacionadas aos compromissos realizados a partir do aporte de recursos decorrentes de leilões de autorização para o uso de radiofrequência, como o Leilão de frequência do 5G, ocorrido em 2021. Além disso, a norma estabelece que **eventuais sanções e obrigações de fazer** pela Anatel deverão **seguir diretrizes estabelecidas pelo MCOM**.
 - » Ao projeto tramita apensado o PDL 716/2024, de autoria da deputada Daniela Reinehr (PL/SC), que visa sustar, além do Decreto nº 12.282/2024, a Portaria MCOM nº 15.371/2024, que “*Dispõe sobre as atribuições e a estrutura de governança, no âmbito da administração pública federal, relacionadas aos compromissos realizados a partir do aporte de recursos de que trata o Anexo IV-C do Edital da Licitação nº 1/2021-SOR/SPR/CD-ANATEL - Edital do Leilão 5G*”.
- **Apresentado requerimento de Audiência Pública com a participação do CGI.br e NIC.br Governança da Internet.** Foi apresentado o Requerimento nº 22/2025 pelo deputado **David Soares** (UNIÃO/SP), solicitando à Comissão de Comunicação a realização de audiência

pública para debater o [PL 4557/2024](#), que trata da reorganização da governança da internet no Brasil. Caso o requerimento fosse aprovado, a comissão adotaria providências para o agendamento do evento. A audiência pública propunha **reunir representantes de entidades relevantes no setor**, como Conexis Brasil Digital, Anatel, Ministério das Comunicações, Conselho Digital, Abrint, AIA, CGI.br e NIC.br. O PL 4557/2024 **visa modificar legislações vigentes com o intuito de reestruturar o Comitê Gestor da Internet**, fortalecer a supervisão sobre atividades de registro de domínios e promover maior transparência e eficiência na gestão da internet no país.

- **Deputado Ossesio Silva apresenta substitutivo ao PL 4879/2024 sobre conectividade em regiões remotas.** O deputado **Ossesio Silva** (REP/PE) **apresentou novo parecer, com substitutivo, pela aprovação do PL 4879/2024** (*Institui o Programa Nacional de Manutenção de Infraestrutura de Conectividade para Áreas Remotas*) no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM), sendo aberto o prazo para oferecimento de emendas ao projeto – o qual deve se estender até o dia 10 de junho. A matéria aguarda deliberação da Comissão e eventuais emendas para ser incluída na pauta de reunião deliberativa. Após a análise pela CCOM, a matéria seguirá para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Por estar sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, *caso aprovado*, o projeto será encaminhado diretamente ao Senado Federal para deliberação – *salvo interposição de recursos para deliberação prévia pelo Plenário da Câmara*.
- » A proposição tem como **objetivo** assegurar a **continuidade e a qualidade dos serviços de telecomunicações em regiões de difícil acesso**, especialmente na Amazônia. O texto define "regiões de difícil acesso" como áreas geográficas com limitações de infraestrutura e logística que dificultam a implantação e a manutenção de redes de telecomunicações.
 - » Dentre as principais alterações no substitutivo destacam-se: **(i) Utilização do FUST:** Substituição da criação de um novo fundo por autorização para utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), que já tem previsão legal para financiar ações em áreas remotas, conforme a [Lei nº 9.998/2000](#); e **(ii) titularidade da infraestrutura:** Estabelecimento de que a manutenção das redes será responsabilidade das empresas proprietárias ou daquelas por elas contratadas.

Segurança Cibernética

- **Definido processo de coordenação no CNCiber para atuação internacional do Brasil.** A [Resolução nº 12/2025](#) do Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber) instituiu um processo de coordenação institucional voltado à participação internacional do Brasil no campo da cibersegurança. A medida buscou assegurar coerência e transparência entre os órgãos da administração pública federal, sociedade civil, setor privado e academia em iniciativas internacionais, sob a articulação do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O processo estabeleceu diretrizes para a atuação brasileira em fóruns, eventos, missões e documentos internacionais relacionados ao tema, por meio de reuniões mensais convocadas pelo MRE. Participaram da articulação órgãos como o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), Ministério da Defesa (MD), Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP),

Anatel, além de representantes da **sociedade civil, da academia e do setor empresarial, indicados pelo CNCiber**. Também foi prevista a possibilidade de reuniões extraordinárias e a realização de segmentos restritos para tratar de informações sensíveis ou classificadas.

- **Câmara aprova PL que institui Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital.** O **Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 3224/2024** (*Institui a Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital*), nos termos do **substitutivo** da CPASF adotado pela relatora, deputada Duda Salabert (PDT/PI), com **supressão do dispositivo** que tratava sobre autorização para que o órgão federal competente edite normas complementares específicas conforme faixa etária, tipo de produto, mídia ou segmento de mercado. O projeto vai ao Senado Federal.
 - » O texto aprovado institui a **Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital**, a ser realizada anualmente no mês de abril, com foco no **uso responsável de jogos eletrônicos, redes sociais e outras aplicações conectadas à internet**. A campanha prevê ações em escolas, unidades de saúde e canais de comunicação, **voltadas à conscientização sobre os riscos do uso excessivo da tecnologia digital, especialmente para crianças e adolescentes**. O substitutivo apresentou parcialmente as sugestões do PL apensado ([PL 3786/2024](#)), focado na saúde mental relacionada ao uso excessivo de tecnologia, e da [Emenda nº 1/2024](#), de autoria do deputado **Kim Kataguiri** (UNIÃO/SP).

Inteligência Artificial

- **Comissão Especial sobre Inteligência Artificial recebe mais 60 requerimentos.** Instalada no dia 20 de maio a Comissão Especial da Inteligência Artificial da Câmara dos Deputados já conta com aproximados 68 requerimentos de audiências públicas. A comissão irá se debruçar sobre o [PL 2338/2023](#), oriundo do Senado e a expectativa é de que o texto seja modificado pelo relator, deputado **Agnaldo Ribeiro** (PP-PB). Visando apoiar o plano de trabalho foram apresentados requerimentos **sugerindo** o debate de **temáticas como**: Impactos da Regulação da Inteligência Artificial na Competitividade Brasileira; impactos sobre setores como saúde e educação; e Importância da auditoria algorítmica e da transparência sobre o funcionamento de sistemas de IA.
- **Conselho Diretor do FNDCT aprova novas linhas de investimento para Inteligência Artificial e enfrentamento a desastres naturais.** Na primeira reunião do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**FNDCT**) de 2025, realizada nesta quarta-feira (28) no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**), em Brasília, foram aprovadas **duas novas linhas estratégicas à carteira de iniciativas do fundo: os programas “IA Brasil” e “SOS Clima Brasil”**. A Inteligência Artificial aparece em outros programas do FNDCT. Com o mais novo programa estratégico, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (**PBIA**) dá um passo importante para a materialização das ações que fazem parte da política pública de IA no país. As linhas de **atuação do novo programa incluem** investimentos em infraestrutura digital, computacional e em pesquisa; projetos de formação em IA desde a educação básica até a pós-graduação, incluindo requalificação profissional; ações de sensibilização pública sobre os impactos da tecnologia; incentivo à inclusão digital por meio da IA; e o uso da Inteligência Artificial para melhorar os serviços

públicos. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

Educação

➤ **Conectividade no PNE é tema de debate na Câmara dos Deputados.** Nesta terça-feira (27), a Comissão Especial Sobre o Plano Nacional De Educação 2024-2034 da Câmara dos Deputados realizou Audiência Pública a fim tratar da **Conectividade, tecnologia e cidadania digital - objetivo 7 do PNE**. A audiência é fruto de distintos requerimentos dos seguintes parlamentares: **Maria do Rosário** (PT/RS), **Moses Rodrigues** (UNIÃO/CE), **Pedro Uczai** (PT/SC), **Rafael Brito** (MDB/AL), **Socorro Neri** (PP/AC), **Tabata Amaral** (PSB/SP), **Socorro Neri** (PP/AC), e **Tarcísio Motta** (PSOL/RJ). O evento contou com a participação de representantes do **MEC**; da **SECOM**; do Conselho Nacional de Educação (**CNE**); do **NIC.br** e **CGI.br**; da **Fundação Telefônica Vivo**; do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (**CIEB**); da **SaferNet Brasil**; do **Instituto Alana**; e do **Instituto Educadigital**.

- » Durante audiência sobre a incorporação da tecnologia no novo **Plano Nacional de Educação** (PNE), especialistas e representantes de instituições públicas e da sociedade civil defenderam a integração crítica, segura e estruturada da educação digital. Houve consenso sobre a necessidade de conectividade significativa – *que considere qualidade, acesso em todos os ambientes escolares e uso pedagógico* – e sobre a formação contínua dos professores como eixo central. O MEC anunciou grupo de estudo com o INEP para avaliar **competências digitais dos alunos, enquanto a SECOM destacou estratégia voltada à formação crítica contra a desinformação**. O CNE alertou para desigualdades no acesso à informação, e a Fundação Telefônica Vivo destacou a importância do monitoramento da execução da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, que dispõe de mais de **R\$ 6 bilhões**. Acesse o relatório completo da audiência [aqui](#).

Mídias Sociais

➤ **Deputado Duda Ramos assume relatoria de projeto sobre cotas e bolsas para mulheres em STEM.** O deputado **Duda Ramos** (MDB/RR) foi **designado relator** do [PL 934/2025](#) (*Cotas e bolsas para mulheres em cursos STEM*) no âmbito Comissão de Educação (**CE**). Também foi aberto prazo de emendas, que deve se estender até 12 de junho. A matéria aguarda o fim do prazo de emendas e a apresentação de parecer para ser incluída na pauta da Comissão. Após a deliberação pela CE, a matéria segue para as Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação (**CCTI**); de Defesa dos Direitos da Mulher (**CMULHER**); de Finanças e Tributação; (**CFT**); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Caso aprovado o projeto será apreciado pelo Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

- » De autoria do deputado **Amom Mandel** (CID/AM), o projeto estabelece que as **vagas em cursos** de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (**STEM**, na sigla em inglês) nas **universidades públicas** deverão ser reservadas a mulheres em proporção no mínimo igual a proporção de mulheres da população da Unidade da Federação onde está instalada a

instituição.

- **Orlando Silva relatará PL sobre responsabilidade e transparência das plataformas digitais.** O deputado **Orlando Silva** (PCdoB-SP) foi **designado relator ao [PL 777/2025](#)** (*cria regras de transparência e responsabilidade para plataformas digitais, com foco na moderação de conteúdo, combate à desinformação e proteção de grupos vulneráveis*), no âmbito da Comissão de Comunicação (**CCOM**), sendo **aberto prazo para oferecimento de emendas ao projeto e apensados – o qual deve se estender até o dia 10 de junho**. A matéria **aguarda o fim do prazo de emendas e o parecer do relator ao projeto e eventuais emendas** para ser incluída na pauta de reunião deliberativa da Comissão. Após a análise pela Comissão de Comunicação (**CCOM**), a matéria seguirá para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Caso aprovado, seguirá diretamente ao Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

Economia & Tributário

- **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove audiência pública sobre impostos estaduais no contexto da reforma tributária.** Diversos especialistas foram convidados para contribuir com suas opiniões, entre eles **Fábio Lemos Cury**, advogado e doutor em direito tributário, que propôs melhorias no PLP 108, com foco na harmonização do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (**ITCMD**). Suas sugestões incluem evitar a incidência do imposto de renda em doações e heranças e uma melhor definição sobre o fato gerador e a decadência do ITCMD. **Dayane Silva**, da Associação de Comércio Exterior do Brasil (**AEB**), discutiu o impacto das mudanças para as exportações, sugerindo alterações na homologação de saldos credores de ICMS. **Davi Barreto**, da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (**ANTF**), destacou a necessidade de unificar normas de compensação de créditos e agilizar o processo de homologação. **Mário Povia**, do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (**IBI**), apresentou propostas para padronizar prazos de dívidas ativas e facilitar a adesão a transações tributárias. Por sua vez, **Ricardo Luiz Oliveira de Souza**, representante do **COMSEFAZ**, abordou a transição federativa e a homologação dos saldos credores do ICMS, além de enfatizar a importância de manter a autonomia fiscal dos estados.
- **Apresentado parecer pela aprovação de projeto que institui a Política de Negociação e Parcelamento de Dívidas Tributárias para Microempreendedores Individuais (MEIs).** O deputado **Beto Richa** (PSDB/PR) apresentou um parecer favorável no âmbito da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (**CICS**). De autoria do deputado **Clodoaldo Magalhães** (PV/PE), o projeto permite que os MEIs que se enquadrarem na **[Lei Complementar nº 123 de 2006](#)** solicitem a **negociação das dívidas, com a possibilidade de reduzir multas, juros e encargos legais**. A proposta também permite que sejam negociadas todas as dívidas tributárias federais, estaduais e municipais, inclusive as inscritas em dívida ativa, desde que sejam referentes ao período de atuação do MEI. Ainda, possibilita que o parcelamento das dívidas tributárias seja realizado em até **60 parcelas mensais** e estabelece que o não pagamento de três parcelas consecutivas ou seis alternadas implicará a rescisão automática

do parcelamento e o restabelecimento do valor original da dívida, com a incidência dos acréscimos legais.

- **Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) aprova projeto que propõe atualização do limite de faturamento para startups.** De autoria do deputado **Aureo Ribeiro** (SD/RJ), o projeto visa alterar a [Lei Complementar nº 182/2021](#), conhecida como **Marco Legal das Startups**, elevando o teto de R\$ 16 milhões para R\$ 50 milhões anuais. A justificativa aponta que os valores atuais estão desatualizados, uma vez que não foram revistos desde a aprovação da lei em 2021. O relator do projeto, deputado **Kim Kataguiri** (UNIÃO/SP), enfatiza que essa mudança permitirá que empresas em estágios avançados, que ainda precisam de suporte, continuem a usufruir dos benefícios legais, contribuindo para a competitividade do Brasil em nível global. O projeto agora seguirá para as comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) antes de ser submetido ao Plenário da Câmara dos Deputados, e, se aprovado, será enviado ao Senado.

Ambiental

- **PL sobre logística reversa de eletrônicos é distribuído à CDU e CCJC.** O [PL 1886/2025](#) (*logística reversa de equipamentos elétricos e eletrônicos*) recebeu despacho para as Comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A matéria aguarda designação de relator para apresentação de parecer na CDU. o [PL 1886/2025](#) (*logística reversa de equipamentos elétricos e eletrônicos*) recebeu despacho para as Comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A matéria aguarda designação de relator para apresentação de parecer na CDU.
 - » A proposição prevê uma nova redação ao inciso II do art. 33 da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS ([Lei nº 12.305](#)), de forma também são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de equipamentos elétricos e eletrônicos, inclusive seus componentes e acessórios, independentemente de sua origem e porte, cujas características e usos os enquadrem como geradores de resíduos perigosos ou de interesse ambiental.

Infraestrutura

- **Aprovado na CCOM, projeto de conversão de multa aplicada a empresas de telecomunicações em investimentos em infraestrutura.** A **CCOM aprovou, o PL 4225/2020** (*Conversão de multa aplicada a empresas de telecomunicações em investimentos em infraestrutura*) e apensado, nos termos do novο parecer favorável, com substitutivo do deputado **David Soares** (UNIÃO/SP). A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após análise da CFT, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, o projeto será remetido diretamente ao Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
 - » De autoria do então deputado **Marcelo Brum** (PSL/RS), o projeto altera dispositivos da Lei

Geral de Telecomunicações – LGT ([Lei nº 9.472/1997](#)), que tratam da multa de **até R\$ 50 milhões**, por infração, por descumprimento da legislação, para dispor sobre a possibilidade de **conversão de multas aplicadas** a empresas de telecomunicações em **investimento em infraestrutura**, com vistas à **melhoria da cobertura e qualidade dos serviços**, especialmente em **áreas rurais**.

Internacional

- **Brasil sedia reunião final do Grupo de Trabalho sobre TICs do BRICS e reforça liderança digital.** Ocorreu nesta quinta (29), a última reunião técnica do Grupo de Trabalho do BRICS sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), presidida pelo Ministério das Comunicações. Pela quarta vez, **representantes dos 11 países-membros** se reúnem presencialmente, com o objetivo de finalizar a minuta da declaração ministerial conjunta, abordando temas como conectividade universal, sustentabilidade espacial e ambiental, e fortalecimento do ecossistema digital. Paralelamente, acontece o **Digital BRICS Forum**, sediado na Anatel, reunindo autoridades governamentais, setor privado, institutos de pesquisa e universidades para discutir soluções frente aos desafios da transformação digital. O Brasil participa com uma delegação interministerial composta por órgãos como Anatel, CPqD, Serpro e representantes do setor de telecomunicações e TICs. O fórum apresenta cinco painéis temáticos, entre eles “Infraestrutura Pública Digital” e “Transformação Digital no Brasil”, reforçando o papel estratégico do país na liderança da agenda digital dos BRICS. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

- **Brasil tem papel de destaque na LXVI Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 1 – Comunicações do Mercosul.** Na Argentina, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) teve **papel de destaque na LXVI Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho nº 1 (SGT1) “Comunicações” do Mercosul**. A delegação brasileira atuou ativamente em todas as Comissões Temáticas, contribuindo para a integração regional em áreas como telecomunicações, radiodifusão, serviços postais e espectro.
 - » Na Comissão Temática de Serviços Públicos de Telecomunicações (CTSPT), o Brasil conseguiu aprovar o [Projeto Recomendação nº 01/2025](#), a proposta de proteção à infraestrutura crítica de cabos submarinos e uma iniciativa conjunta sobre transição ao protocolo IPv6. Também foi aprovada [Projeto Recomendação nº 02/2025](#) uma **proposta conjunta sobre a transição para o protocolo IPv6**, reforçando a necessidade de avanços coordenados entre os países do bloco para garantir a resiliência e modernização das redes na região. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

- **Brasil é protagonista no M360 LATAM Awards: reconhecimento à liderança da Anatel e ao Programa Norte Conectado.** O Brasil foi destaque na edição de 2025 do M360 LATAM Awards, realizada na Cidade do México, ao receber **dois prêmios de grande relevância regional** no setor de telecomunicações. O projeto **Norte Conectado** foi agraciado com o **Prêmio Impacto Social Latino-Americano**, enquanto **Carlos Baigorri**, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), recebeu o Prêmio Líder da Indústria. O evento, promovido pela GSMA (Global System for Mobile Communications Association), é um

dos principais fóruns da América Latina para discussão de políticas públicas, inovações tecnológicas e estratégias de conectividade. Os prêmios reconhecem iniciativas que impulsionam a transformação digital, reduzem desigualdades e promovem inclusão social. O **Prêmio Impacto Social Latino-Americano** foi concedido ao **Programa Norte Conectado**, que vem promovendo a **implantação de infovias subfluviais com cabos de fibra óptica nos rios amazônicos**, interligando cidades remotas e garantindo acesso à internet de qualidade para populações historicamente excluídas. A ação não apenas **viabiliza cidadania digital**, como também fortalece **serviços públicos essenciais**, como saúde, educação e segurança, com um viés de sustentabilidade ambiental e respeito à logística local. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

Política

- **Cleitinho critica julgamento do STF sobre marco da internet.** O senador Cleitinho (REP/MG), em pronunciamento no Plenário nesta quinta (29), **criticou a retomada do julgamento do Marco Civil da Internet pelo Supremo Tribunal Federal (STF)**, marcada para o dia 4 de junho. A análise da matéria havia sido suspensa em dezembro do ano passado, após pedido de vista do ministro André Mendonça. Segundo o senador, a decisão ocorre justamente no período em que o Congresso estará com as atividades suspensas para a realização do 11º Fórum Parlamentar do Brics. Ele afirmou que a regulação das redes sociais seja uma atribuição exclusiva do Congresso Nacional. – *Espero que o Congresso Nacional, tanto aqui o Senado quanto os deputados federais, se levantem, se posicionem e não deixem o STF legislar. Na semana que vem, o Congresso Nacional não vai funcionar por causa dos Brics. Essa boca que a gente tem aqui para defender a liberdade de expressão de vocês, estará fechada* – disse. Cleitinho alegou que setores do Judiciário e do governo temem as redes sociais por ampliarem o acesso da população ao debate público. Ele ressaltou a importância dessas plataformas para a democracia e o exercício da cidadania. Segundo o senador, elas também funcionam como ferramentas de fiscalização e são um contraponto à manipulação da informação. Com informações de: [Agência Senado](#)

Consultas & Compras Públicas

- **MCOM publica edital Fust para conexão direta de escolas.** O Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (**CG-Fust**) publicou o [Edital MCOM nº 144/2025](#), com o objetivo de selecionar propostas para **atendimento de projetos de conectividade de escolas** mediante ao **Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)**. O objetivo do edital é selecionar propostas para a realização de projetos de conectividade em escolas, por meio da utilização de recursos próprios, exclusivamente na modalidade não reembolsável. Como contrapartida, os proponentes terão **direito à redução do valor devido ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)**, em montante equivalente ao valor aprovado para a execução dos projetos. A seleção das propostas será conduzida por um Comitê de Seleção, composto por representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (**Anatel**) e do Ministério das Comunicações (**MCom**), membros do Conselho Gestor do Fust.

- » Os **proponentes** deveriam apresentar **documentação de identificação e regularidade fiscal**, além de **propostas comerciais por meio de planilha eletrônica acompanhada** do Acordo de Nível de Serviço (**ANS**). As propostas deveriam obedecer a critérios como: **(i)** limite de valor por escola; **(ii)** número de escolas proporcional ao saldo projetado da empresa; e **(iii)** cobertura mínima de conexão. Entre os parâmetros exigidos estavam rede Wi-Fi interna, conexão externa com velocidade adequada por número de alunos ou profissionais, **24 meses de serviço gratuito**, prazo de implantação até junho de 2026 e integração com ferramentas de monitoramento remoto. Os valores de referência variavam conforme a quantidade de pontos de acesso e ambientes atendidos, com teto máximo e valores adicionais por PA extra.
 - » As propostas deverão ser apresentadas até o dia **2 de junho** por meio do sistema eletrônico disponível no [site](#) do MCOM.
- **Aprovado pelo Plenário, PLP de para estratégia de fomento às MPEs por Compras Públicas.** O Plenário do Senado Federal aprovou, nesta terça (27), o [PLP 234/2020](#) (*estimular o uso estratégico das compras públicas para fomentar as atividades de microempresas e de empresas de pequeno porte*) nos termos do parecer, com emendas, do relator, senador **Plínio Valério** (PSDB/AM). A matéria segue para análise da Câmara dos Deputados.
- » De autoria do deputado **Chico Rodrigues** (PSB/RR), o PLP altera o Art. 48 da [Lei Complementar nº 123/2006](#) (*Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*) passa a vigorar com as seguintes alterações: **(i)** O processo licitatório deverá ser destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até **R\$ 120.000,00** – anteriormente, o limite era de R\$ 80.000,00; e **(ii)** a administração pública **deverá exigir**, sempre que viável, a **subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte em processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços**. A medida, que antes era facultativa, passa a ser obrigatória, com o objetivo de estimular a participação de empresas de menor porte.
- **SERPRO abre Consulta Pública para proteção automatizada de aplicativos móveis.** O Serviço Federal de Processamento de Dados (**SERPRO**) lançou a [Consulta Pública nº 491/2025](#) com o objetivo de **subsidiar uma futura contratação de serviço de proteção automatizada de aplicativos móveis**. A solução buscada deverá atuar em tempo real, garantindo segurança contínua contra tentativas de violação, com funcionalidades de monitoramento online e geração de dados sobre comportamentos suspeitos. A contratação incluirá suporte técnico especializado, atualizações constantes e assistência em caso de dúvidas ou falhas. O processo será conduzido via Pregão Eletrônico. Interessados podem enviar manifestações até **6 de junho** pelo e-mail cp.encti@serpro.gov.br.
- **MGI abre Consulta Pública sobre contratação centralizada de serviços móveis e gestão de dispositivos.** O Ministério da Gestão e da Inovação (**MGI**) abriu a [Consulta Pública nº 7/2025](#) com o objetivo de **coletar contribuições sobre a contratação centralizada de serviços móveis pessoais** (voz e dados) e de **software de gestão de dispositivos móveis** (MDM). A proposta busca padronizar, ampliar a eficiência e garantir economicidade nas contratações públicas, ao integrar conectividade móvel e ferramentas de gestão remota. A contratação, estruturada via sistema de registro de preços, prevê o fornecimento de smartphones e tablets em regime de comodato, com cobertura nacional e internacional,

incluindo áreas rurais. A solução deverá atender às necessidades específicas de órgãos públicos diversos, contribuindo para a modernização e valorização dos serviços de tecnologia pública. As sugestões da sociedade e de interessados podem ser enviadas até **10 de junho** por meio da plataforma Participa +Brasil.

Nomeações

- **CITDigital designa representantes das Câmaras Técnicas para apoiar políticas públicas de transformação digital.** Foram publicadas as Portarias nº [4](#), [5](#) e [6](#) do **Comitê Interministerial para a Transformação Digital**, que nomeiam os representantes das três Câmaras Técnicas que subsidiarão as ações do Comitê em áreas estratégicas da transformação digital no país. Confira abaixo a composição e os objetivos de cada Câmara:
- » [Portaria nº 4/2025](#): **Câmara Técnica de Transformação Digital do Estado**. Coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (**MGI**), reúne 16 órgãos federais para fomentar a modernização da administração pública e ampliar a oferta de serviços digitais ao cidadão.
 - » [Portaria nº 5/2025](#): **Câmara Técnica de Economia Digital**. Sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (**MDIC**), articula políticas voltadas à digitalização empresarial, inovação, comércio eletrônico e empreendedorismo, com ênfase em MPMEs.
 - » [Portaria nº 6/2025](#): **Câmara Técnica de Cidadania Digital e Democracia**. Coordenada pela **Casa Civil** da Presidência da República, busca promover direitos digitais, inclusão digital e fortalecimento da participação democrática online, com atenção à diversidade e à proteção de grupos sub-representados.
- **ANEEL publica nova composição da equipe de coordenação de incidentes cibernéticos no setor elétrico.** A ANEEL nomeou através da [Portaria nº 165/2025](#) os novos integrantes da **Equipe de Coordenação para Tratamento de Incidentes Cibernéticos do Setor Elétrico (ECTIC)**, composta por representantes da ANEEL, da CCEE e do ONS. Os mandatos para as funções de coordenação e secretaria executiva foram estabelecidos como renováveis por um ano, conforme a regulamentação vigente. A portaria define os seguintes representantes:
- » **Edson Paulo Lugli** (titular) e **Kátia Pachecón Franco** (suplente) da CCEE;
 - » **Geraldo Carlos Wosny Oliva da Fonseca** (titular) e **Renato Cardoso Aguiar** (suplente) da ONS;
 - » **Sérgio Ribeiro Leite** (titular) e **Saulo Rabelo de Martins Custódio** (suplente), da Superintendência de Fiscalização Técnica (Coordenação) da ANEEL;
 - » **Adriana de Carvalho Drummond Vivan** (titular) e **Rodrigo Vargas Bezerra** (suplente), da Superintendência de Gestão Técnica da Informação (Secretaria Executiva) ANEEL;
 - » **Bruno Daniel Mazeto** (titular) e **Ênio Ribeiro Salles** (suplente), da Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão e Distribuição da ANEEL; e
 - » **Izumi Renata Santos Takada Marwell** (titular) e **Marcio Hissashi Komeno** (suplente), da Superintendência de Regulação da Geração e Mercado da ANEEL.

- **MCOM designa membro para compor CGI.br.** O Ministério das Comunicações (**MCOM**) publicou a [Portaria Interministerial nº 17.906/2025](#), que determina a designação de **Juliano Stanzani** para compor o Comitê Gestor da Internet no Brasil (**CGI.br**), na condição de membro suplente do Ministério das Comunicações (**MCOM**), em substituição a [Jordan Silva de Paiva](#).

Agendas de Destaque

- A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) participou, nesta sexta (30), da **7ª edição do Ciência Aberta**, principal evento de divulgação científica do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (**CNPEM**), em Campinas/SP. O evento busca estreitar a relação entre a ciência e a sociedade, especialmente com jovens estudantes e educadores.
- O ministro das **Comunicações**, **Frederico de Siqueira**, participou nesta quarta (28) da cerimônia de **posse de André Leandro Magalhães** como **novo presidente da Telebras**. O evento, realizado na sede da estatal, em Brasília (DF), marca a continuidade do trabalho já desenvolvido na empresa pública, que vem passando por um processo de reestruturação e retomada do protagonismo na política de conectividade do país. Pela noite, do **lançamento da Agenda Legislativa da Conectividade**, organizada pela Conexis Brasil Digital, em Brasília (DF). O documento reúne propostas e prioridades do setor de telecomunicações para 2025, com foco na inclusão digital, na inovação e no desenvolvimento econômico e social.
- A Secretaria de Governo Digital (SGD) **Luanna Roncaratti**, representou o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (**MGI**) no **15º Fórum da Internet no Brasil**. No evento, a secretária adjunta de Governo Digital, participou de um debate sobre o **papel de nuvens de computação no Estado brasileiro**.
- O conselheiro **Alexandre Freire** da Anatel participou nesta quinta (29) do **Digital BRICS Fórum**, em sua participação destacou o papel estratégico da inovação tecnológica e da cooperação internacional para enfrentar os desafios da era digital.
- O Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (**ANPD**), **Iagê Miola**, participou, nesta segunda (26), de painel promovido pelo Escritório do Alto Comissariado em Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (**ONU**) e pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (**IDP**) sobre **inteligência artificial (IA) e direitos humanos**.